

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano III | 20 de Janeiro de 2020 | Nº 93

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Em seu aniversário de 159 anos, Caixa é um bolo prestes a ser fatiado

Banco quer abrir o capital da Caixa Seguridade e da Cartões Caixa até o fim do primeiro semestre

A Caixa Econômica Federal completou 159 anos no último dia 12. No entanto, para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, não há motivos para comemorar, já que a instituição está sendo fatiada e está em vias de perder seu caráter 100% público, voltado para o social.

O banco começou o ano em ritmo de reestruturação, promovendo um rodízio dos seus gerentes gerais e de parte dos seus gerentes PF e PJ. Além disso, anunciou o início de operações de atacado – com foco em empresas médias, com receita anual entre R\$ 30 milhões e R\$ 500 milhões.

Atacado

De acordo com uma reportagem publicada dia 9 no *Valor Econômico*, a CEF montou 59 escritórios em todo o Brasil para atender os clientes do atacado, sendo 51 deles dedicados às companhias de médio porte.

O jornal diz que “a partir de seleção interna, uma equipe de 1,2 mil funcionários foi deslocada de outras áreas para atuar no segmento” e que “a migração das empresas para essa estrutura será feita ao longo deste mês”.

Seguros e cartões

A Caixa já selecionou o conjunto de bancos que vai coordenar a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua unidade de seguros, a

Caixa Seguridade. Fazem parte do grupo o Morgan Stanley, o Credit Suisse, o Bank of America, o Itaú BBA, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o Brasil Plural, o Banco do Brasil e a própria Caixa.

Os planos da Caixa incluem o pedido da oferta pública inicial de ações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no início de fevereiro e a precificação da operação em abril.

A expectativa do banco, de acordo com o *Estadão/Broadcast*, é de que a empresa chegue valendo entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões na B3, marcando a primeira oferta pública inicial de ações da história da instituição financeira e da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro.

No mercado financeiro, a aposta é que o valor da venda supere o da BB Seguridade, do Banco do Brasil, ocorrida no governo Dilma. A venda da BB Seguridade levantou R\$ 11,5 bilhões na B3, em abril de 2013. A operação serviu de modelo para a reestruturação da Caixa Seguridade.

Por sua vez, a privatização da Caixa Seguridade servirá de modelo para outras áreas que devem ser vendidas pelo banco estatal. O próximo da fila é a operação de cartões, cuja venda está prevista para junho.

“Em 2020, teremos foco total na abertura de capital da Caixa Seguridade e da Caixa Cartões. O da Caixa Segu-

ridade será um laboratório para os demais”, afirmou Pedro Guimarães, presidente da CEF, em recente entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

Pela Caixa 100% pública

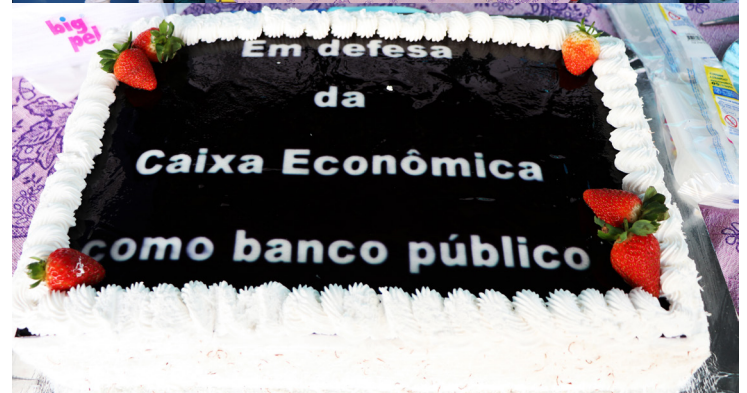
Dando início à resistência contra a venda das áreas de seguros e cartões da Caixa, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realizou na última sexta-feira, dia 17, um protesto com o mote “Em seu aniversário, Caixa é um bolo prestes a ser fatiado”.

No protesto, os diretores do **Sindicato** fizeram uma reunião com os funcionários e entregaram panfletos para os clientes e usuários do banco. Também distribuíram bolo para a população, fazendo referência ao aniversário da Caixa e ao seu fatiamento.

Privatização

A abertura de capital de subsidiárias da Caixa não é caso isolado. No dia 14, o governo Bolsonaro anunciou que pretende vender cerca de 300 ativos públicos neste ano – o número inclui empresas controladas pelo governo, subsidiárias, coligadas e participações societárias. A intenção é obter R\$ 150 bilhões com as privatizações.

Para o **Sindicato**, a venda dessas estatais servirá apenas para Bolsonaro seguir pagando juros para banqueiros. Para a população, sobrarão serviços piores e mais caros. É preciso resistir!



No protesto, diretores do Sindicato entregaram panfletos e distribuíram bolo para a população

Ex-bancário do Santander recebe R\$ 203 mil depois de ficar no 'limbo previdenciário'

Trabalhador ficou três anos sem receber nem benefício, nem salário, até que teve de se demitir

Contratado como escriturário em 1992 pelo Banco Real (comprado pelo Santander Brasil em 2007), este bancário de Avaré foi afastado do trabalho em agosto de 2001 para tratamento de depressão. Em janeiro de 2002, sofreu um acidente que deixou sequelas definitivas em sua coluna vertebral.

Teve alta médica do INSS em dezembro de 2007. Ele apresentou um recurso administrativo ao instituto, mas não deixou de se apresentar ao banco, que o submeteu a uma perícia. Considerando-o inapto, o médico do Santander recusou o retorno do bancário ao trabalho.

Em 1º de fevereiro de 2008, ele passou por nova perícia com o médico do banco, que mais uma vez considerou-o inapto.

Sem receber o benefício do INSS (que o havia considerado apto) e sem receber o salário do Santander, o trabalhador ficou sem dinheiro para se sustentar. Em situação de desespero, o trabalhador teve de se mudar para São Paulo, para morar “de favor” com familiares de sua esposa.

Foi só depois de muito tempo, em 16 de novembro de 2010, que o banco enviou para ele um telegrama convocando-o para apresentar-se ao seu local de trabalho em 48 horas ou para justificar sua ausência. Ele não pôde apresentar-se.

Então, em 2 de dezembro o Santander enviou-lhe um novo telegrama convocando-o para um exame médico. Desta vez o bancário foi, fez o exame e recebeu o atestado de “apto”.

Só que o banco exigiu que ele retornasse de imediato ao seu posto em Avaré – o que seria impossível, já que a mudança repentina, com mulher e filhos, resultaria em despesas com as quais ele não tinha condições de arcar. Assim, o banco o forçou a pedir demissão, o que aconteceu no dia 15 daquele mês.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** cuidou do caso desse trabalhador, pleiteando que fosse caracterizado como “dispensa indireta”, pleiteando os salários de dezembro de 2007 a dezembro de 2010 e indenização por danos morais.

O processo terminou no TST, com o Santander sendo condenado a pagar todas as verbas pleiteadas pelo **Sindicato**. Ao todo, o trabalhador recebeu R\$ 203 mil.

BB é condenado a reembolsar descontos indevidos

Em 1º de fevereiro de 2018, uma funcionária do Banco do Brasil que já se encontrava afastada do trabalho havia 90 dias apresentou ao banco um novo atestado médico, para afastamento de mais 90 dias, após a cessação do benefício que ela vinha recebendo até 31 de janeiro.

Acontece que, por razões desconhecidas, o BB agendou uma perícia na Cassi somente para o dia 15 de fevereiro. A bancária passou pelo exame e foi considerada inapta para o retorno ao trabalho.

Tendo entregue todos os documentos ao banco, a funcionária aguardou o agendamento da perícia no INSS – conforme o BB havia informado que faria.

Só que o banco não fez o agendamento, e só entrou em contato com a funcionária em 6 de março, so-

licitando que ela agendasse a perícia. A perícia aconteceu no dia 14, quando ela obteve o benefício de 6 de março a 1º de junho.

Ao retornar ao trabalho, verificou que o holerite de fevereiro registrou 20 dias de falta, além de outros descontos – de R\$ 4,4 mil em fevereiro, de R\$ 7 mil em maio e de R\$ 5,2 mil em junho, em valores aproximados.

Diante desse verdadeiro absurdo, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça pleiteando a restituição dos valores dos empréstimos que a trabalhadora teve de fazer para saldar os descontos realizados em sua conta, além de indenização por danos morais.

O juiz André Luiz Alves, da 3ª Vara do Trabalho de Bauru, concordou com os pedidos.

Sindicato pedirá jornada menor para bancárias da CEF cujos filhos têm necessidades especiais

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** está acionando a Justiça para fazer com que duas bancárias da Caixa Econômica Federal tenham direito a uma jornada reduzida pelo fato de terem filhos que necessitam de cuidados especiais. Uma das crianças é portadora de transtorno do espectro autista (TEA) e a outra é portadora de uma síndrome que requer tratamento multidisciplinar.

O único banco que, quando solicitado, reduz a jornada em casos como esses é o Banco do Brasil. Para o **Sindicato**, o Brasil deveria ratificar a Convenção 156 da Organização Internacional do Traba-



lho, que “aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se

prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir”.

Falta aos bancos sensibilidade com as dificuldades dos bancários.

Convênios para associados

- KASSIANE BERGAMASCHI**
 Nutricionista
 Emagrecimento, hipertrofia, reeducação alimentar.
 Desconto de 50% na consulta
 Rua Joaquim da Silva Martha, 20-82, Vila Universitária
 Telefone: (14) 99804-4063
- SD SOBRANCELHAS DESIGN**
 Design de sobrancelhas especializado, depilação facial com linhas naturais, serviços e cursos de maquiagem.
 Desconto de 20%
 Rua Araújo Leite, 32-08, Vila Guedes de Azevedo
 Telefone: (14) 99844-0410

Sindicato denuncia descaso do Bradesco com agência de Lençóis

Após protesto, regional do banco chamou o Sindicato para apresentar soluções para os problemas

No dia 15, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realizou um protesto no Bradesco de Lençóis Paulista. A entidade recebeu denúncias de que o atendimento na agência estava demorando duas horas diariamente, e que no dia 13 esse tempo chegou a quatro horas!

A agência de Lençóis perdeu três funcionários desde setembro do ano passado, quando um trabalhador foi demitido sem justa causa. Depois, entre outubro e novembro, um outro funcionário foi transferido para Bauru (para ajudar na abertura de milhares de contas, já que o banco venceu o leilão da folha de pagamento da cidade) e, por

fim, uma bancária resolveu se desligar através do programa de demissão voluntária (PDV) do banco.

A situação, que já era crítica, agravou-se com três funcionários em férias.

Reunião

No dia seguinte ao ato, o **Sindicato** foi chamado para uma reunião com o gerente regional Oswaldo Fumagali. Michele Montilha, Paulo Tonon e Priscila Rodrigues, diretores da entidade, ouviram dele que o banco já contratou 15 empregados para a regional Bauru do banco. No entanto, como a adesão ao PDV foi superior a esse número, o problema da falta de funcio-

nários continua existindo.

O **Sindicato** apresentou o número de contratações que acha necessário para cada agência, para normalizar o atendimento. Fumagali disse que vai estudar a viabilidade da reivindicação e que abriu três novos PABs para aliviar o movimento nas agências.

Para o **Sindicato**, o Bradesco tem totais condições de realizar novas contratações. Depois do Itaú, é o banco que mais ganha dinheiro no Brasil atualmente: lucrou mais de R\$ 19 bilhões em 2018 e R\$ 17,7 bilhões entre janeiro e setembro do ano passado. Não é justo os funcionários e clientes pagarem pela ganância do banco.



No canal do Sindicato no YouTube ([sindicatobancariosbauru](https://www.youtube.com/sindicatobancariosbauru)) é possível ver o caos que estava a agência de Lençóis Paulista no dia do protesto

Santander está ampliando horário de atendimento ao público

É preciso verificar se o banco vai pagar corretamente as horas extras, que tendem a aumentar

O Santander já informou aos seus empregados que vai ampliar em 90 minutos o horário de atendimento ao público. Em Bauru, a partir do dia 20, as agências terão as portas abertas às 9h30 e fechadas às 16h30 – o setor dos caixas, no entanto, vai funcionar como de costume, das 10h30 às 16 horas.

Segundo o banco, todos os funcionários continuarão com suas jornadas normais de 6 horas ou de 8 horas diárias, e todas as devidas medidas de segurança serão providenciadas.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** pede aos trabalhadores que denunciem à entidade eventuais

violações da jornada, já que a flexibilização dos horários de atendimento é autorizada pelo Banco Central.

O Santander tem um histórico de não pagar corretamente horas extras, como bem sabem os empregados que participam das “ações universitárias” (que, inclusive, estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, por causa de denúncias do **Sindicato**).

Além disso, são comuns no Santander “acordos de boca” entre gerentes e empregados. Isso acaba fazendo com que os empregados, muitas vezes, folguem no dia que interessa ao banqueiro, e não a eles mesmos.

Sergio Rial

As mudanças que vêm sendo implementadas pelo Santander vão ao encontro do que disse o presidente do banco no Brasil numa entrevista ao *Estadão* em maio do ano passado. Sergio Rial falou o seguinte: “Chamamos as estruturas de lojas – e não mais de agências – porque lá, apesar de não ser possível visualizar produtos, eles estão em prateleiras digitais. [...] Teremos um empório de produtos.”

Para o **Sindicato**, a abertura de agências por esse tempo extra vai sobrecarregar os empregados – ainda mais agora que o Santander suspendeu contratações.



No dia 15, Priscila e Michele, diretoras do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, reuniram-se com o gerente regional do Itaú e cobraram contratações para Lençóis Paulista. Além de uma bancária ter sido transferida, a agência adquiriu 1 mil contas de terceirizados da Bracell (produtora de celulose). O regional afirmou que a vaga havia sido aprovada pelo banco um dia antes e que a contratação acontecerá nos próximos dias. Vamos acompanhar.

MPF-DF denuncia 29 por fraudes em fundos de pensão de estatais

Investigadores da Operação Greenfield afirmam que prejuízos já calculados somam R\$ 5,5 bilhões

No último dia 9, a força-tarefa da Operação Greenfield informou ter protocolado denúncia criminal contra 29 ex-gestores dos fundos de pensão Petros, Funcef, Previ e Valia. A Greenfield, que investiga desvios nos fundos de pensão de estatais, foi deflagrada em setembro de 2016 pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal de Brasília.

Os ex-gestores são acusados de fraudes em investimentos desses fundos, que administram, respectivamente, os recursos de funcionários da Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do

Brasil e Vale.

De acordo com os investigadores, as fraudes cometidas teriam causado um prejuízo já calculado em R\$ 5,5 bilhões. Ainda segundo os procuradores, os acusados praticaram o crime de gestão temerária com aportes no Fundo de Investimentos e Participações Sondas, da empresa Sete Brasil. O MPF-DF pede uma reparação de R\$ 16 bilhões.

“Foram ignorados os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Monetário Nacional, dos próprios registros internos, bem como

não foram realizados estudos de viabilidade sobre os aportes”, informou a nota emitida pela força-tarefa.

Assessor de Paulo Guedes

Entre os denunciados encontra-se Esteves Colnago, que foi ministro do Planejamento no governo de Michel Temer e, atualmente, é um dos assessores do ministro da Economia, Paulo Guedes. No começo do ano, Guedes escolheu Colnago para chefiar a assessoria de relação com o Congresso.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, as coisas podem piorar se a CVM



Esteves Colnago, assessor de Paulo Guedes, é um dos denunciados

aprovar a proposta da Previc de permitir que os fundos invistam em empresas fechadas. Se ocorreram fraudes

com empresas abertas – que, em tese, são mais transparentes –, imagine com as empresas fechadas...

MP 905 pode estimular substituição de empregados

Com o pretexto de estimular a criação de postos de trabalho para pessoas entre 18 e 29 anos, Bolsonaro decretou, por meio da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, uma nova reforma trabalhista.

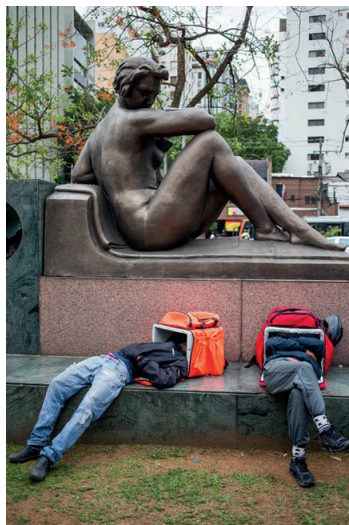
Essa é a conclusão expressa pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em sua nota técnica intitulada “O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019”.

No documento, o Dieese lista vários itens que visam alterar a legislação trabalhista: criação de modalidade de trabalho precário, intensificação

da jornada, enfraquecimento da fiscalização, redução do papel da negociação coletiva.

Segundo o órgão, a MP “beneficia os empresários com uma grande desoneração em um cenário de crise fiscal, impondo aos trabalhadores desempregados o custo dessa ‘bolsa-padrão’”.

Para o Dieese, o pacote para criação de empregos “não deve criar vagas na quantidade e qualidade necessárias e, ao contrário, pode promover a rotatividade, com o custo adicional de reduzir direitos e ter efeitos negativos para a saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras”.



O **Sindicato** luta contra a MP 905 desde a sua criação. Para os bancários, ela amplia a jornada e autoriza o trabalho aos sábados.

PÉROLA

“[...] impressionante: não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. [...]”



Abraham Weintraub, ministro da Educação, virou motivo de piada no dia 8, ao escrever no Twitter a palavra “impressionante” com a letra “c” no lugar dos “ss”. É comum Weintraub cometer erros de Português no Twitter. Porém, pior que isso são as fake news que ele compartilha e a sua má educação na rede social.